

PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

UMA BASE À SERVIÇO DO MERCADO: as articulações do *Movimento Pela Base Nacional Comum* para o desenvolvimento da BNCC

Mário Jorge Araujo Belfort¹

Cacilda Rodrigues Cavalcanti²

RESUMO

A finalidade desta pesquisa, de cunho bibliográfica, é analisar a constituição do *Movimento Pela Base Nacional Comum* e os argumentos defendidos por esta organização em favor do desenvolvimento da Base Nacional Comum Curricular. Para embasar o desenvolvimento deste artigo, a contribuição teórica do sociólogo da educação Stephen Ball (2014) sobre a concepção de *Redes Políticas* vai fundamentar as análises deste estudo. Além disso, nos respaldamos em outras contribuições de diversos estudiosos da educação, dentre os quais destacamos: Luciane da Rosa e Valéria Ferreira (2018), Fabíola Ferreira e Fabiano dos Santos (2020), Marina Avelar e Stephen Ball (2019) e Peroni e Caetano (2015).

Palavras-Chave: Movimento Pela Base Nacional Comum. Base Nacional Comum Curricular. Redes Políticas.

ABSTRACT

The purpose of this bibliographical research is to analyze the formation of the *Movimento Pela Base Nacional Comum* and the arguments defended by this organization in favor of the development of the National Common Curricular Base. To support the development of this article, the theoretical contribution of the sociologist of education Stephen Ball (2014) on the conception of *Political Networks* will support the analyzes of this study. In addition, we rely on other contributions from various education scholars, among which we highlight: Luciane da Rosa and Valéria Ferreira (2018), Fabíola Ferreira and Fabiano dos Santos (2020), Marina Avelar and Stephen Ball (2019) and Peroni and Caetano (2015).

Keywords: Movement for a Common National Base. Common National Curriculum Base. Political Networks.

1 INTRODUÇÃO

¹ Universidade Federal do Maranhão; Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFMA) e Graduado em História – Licenciatura (UEMA); E-mail: mario.jab@discente.ufma.br

² Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Educação (UFMG); E-mail: cacilda.rc@ufma.br

PROMOÇÃO



APOIO



Ao longo da trajetória das reformas educacionais no Brasil, o currículo vem sendo um território de intensas disputas políticas, culturais e ideológicas, onde perpassam a tentativa de legitimar novos projetos de formação de sociedade. Dessa forma, trazendo sérios desdobramentos para a construção de um processo educativo que vise a formação humana e a intervenção na realidade (RAMOS, 2006).

Com a aprovação da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular em dezembro de 2017, diversos professores, intelectuais e políticos, por meio de críticas, ressaltaram o caráter tecnicista e instrumental do documento pelo fato de retomar o modelo de ensino por competências. Entretanto, grupos se mobilizaram para contribuir na elaboração e divulgação deste documento normativo em sites e em outros veículos midiáticos, sendo que um destes teve grande destaque: o *Movimento Pela Base Nacional Comum*.

O *Movimento Pela Base* é uma rede não governamental, constituída em 2013, composta por vários atores como profissionais da educação, pesquisadores, políticos, filantropos e empresários com a finalidade de “apoiar e monitorar a construção da implementação de qualidade da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e do Novo Ensino Médio” (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2017).

Esta rede possui como apoio institucional as seguintes organizações:

Abave, Cenpec, Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação, Cieb, Comunidade Educativa Cedac, Consed, FGV Ceipe, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Iede, Instituto Alana, Instituto Avisa Lá, Instituto Ayrton Senna, Instituto Iungo, Instituto Natura, Instituto Reúna, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Singularidades, Instituto Sonho Grande, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho, Itaú Social, LEPES/USP, Movimento Colabora, Oi Futuro, Todos Pela Educação, Uncme, Undime e Vozes da Educação (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2017).

Ao observamos os organismos que estão apoiando esta mobilização, percebemos que há uma sólida representatividade de grupos empresariais. Em vista disso, tal movimento se configura como uma rede política, ou seja, é um espaço onde circulam novas vozes e ideias para a resolução dos problemas sociais no âmbito educacional (BALL, 2014).

Para o estudioso Stephen Ball, as redes são “um tipo de ‘social’ novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e movimentos” (BALL, 2014, p. 29). Continuando com a explanação, o autor pontua que estas redes formam comunidades políticas para que outros grupos possam participarem na elaboração de discursos das políticas educacionais.

Partindo deste pressuposto, diante do atual contexto educacional em que o país se encontra, é bastante pertinente que os estudantes e pesquisadores reflitam com maturidade sobre quem são os atores sociais, políticos e econômicos que estão orquestrando a construção das políticas educacionais no Brasil. Em vista disso, a finalidade deste estudo é analisar a constituição da rede política *Movimento pela Base Nacional Comum* e os argumentos defendidos por esta organização em favor do desenvolvimento da BNCC.

Para embasar o desenvolvimento deste artigo, que é de cunho bibliográfico, a contribuição teórica do sociólogo da educação Stephen Ball (2014) sobre a concepção de *Redes Políticas* vai fundamentar as análises deste estudo. Segundo o estudioso, este conceito possui duas funções: a de técnica de análise e de dispositivo conceitual. Nas palavras do autor:

1. [...] rede é um método, uma técnica analítica para olhar a estrutura adas comunidades de política e suas relações sociais. Ela trabalha tanto para capturar e descrever alguns aspectos dessas relações, isto é, alguns aspectos mais visíveis dessas relações.
2. Rede também é um dispositivo conceitual neste relato. Ela é utilizada para representar um conjunto de mudanças “reais” nas formas de governança da educação, nacional e globalmente. (BALL, 2014, p. 29).

Além disso, também nos respaldamos em outras contribuições de diversos estudiosos da educação que possuem investigações no campo das políticas educacionais. Dentre os quais destacamos Luciane da Rosa e Valéria Ferreira (2018), Fabíola Ferreira e Fabiano dos Santos (2020), Marina Avelar e Stephen Ball (2019) e Peroni e Caetano (2015). Além da introdução, o artigo apresenta duas seções. Na primeira seção, é discutido os fatores que levaram a construção do *Movimento Pela*

PPGPP
30 ANOSIOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Base Nacional Comum e quem são os sujeitos que estão orquestrando este movimento. Na segunda seção, analisaremos os argumentos apresentados pelo movimento em favor da construção da BNCC. Por fim, finalizaremos com a conclusão.

2 A REDE POLÍTICA DO MOVIMENTO PELA BASE: quem são os sujeitos que estão atuando na elaboração de políticas?

A construção de uma Base Nacional é um projeto que vem desde a década de 1980 e que ganhou maior efervescência na década seguinte a partir das reformas que promoveram "[...] o crescimento de proposições de gestão gerencial nas instituições escolares e aplicação de avaliações externas, sempre justificadas para mensurar a qualidade da educação" (FERREIRA; SANTOS, 2020, p. 192).

A reforma do estado brasileiro teve um papel central para as investidas de grupos empresariais em diversos setores. Um destes que se destaca é o campo da educação. Dessa forma, o currículo foi um território estratégico que passou por redefinições para compactuar-se com o novo projeto hegemônico de sociedade.

Com este terreno já amplamente difundido, a discussão sobre a necessidade de uma Base Curricular ganha contornos bem distintos daqueles de origem dos anos 1980, quando os interesses dos trabalhadores em educação era garantir maior igualdade a partir do estabelecimento de conteúdos essenciais. Agora, o discurso sob o domínio do empresariado passa a ser outro: desenvolver a educação para a produtividade, para o ensino de conhecimentos úteis ao mercado, ao modelo econômico. É neste contexto, portanto, que as primeiras discussões sobre a construção do que hoje conhecemos como BNCC foram realizadas (FERREIRA; SANTOS, 2020, p. 192-93).

Na concepção dos autores Ferreira e Santos (2020) a BNCC foi elaborada a partir de premissas reformistas, promovendo a retórica da melhoria da qualidade da educação. A construção deste documento ocorreu de forma tumultuada por conta da crise política do governo de Dilma Rousseff (2010-2016) que teve como uma de suas consequências as diversas trocas de comando do MEC. Nas palavras dos estudiosos:

PROMOÇÃO



APOIO



O contexto de construção da BNCC revela instabilidade não apenas no âmbito do Ministério da Educação, mas no plano econômico, político e social. Esse movimento teve como uma das dimensões fundamentais a crise do Partido dos Trabalhadores (PT) que, entre outros fatores, é representada pela queda do governo Dilma Rousseff, com o golpe parlamentar, consolidado em 31 de agosto de 2016, e seu impeachment (FERREIRA; SANTOS, 2020, p. 194).

Para os autores, cada vez mais o estado brasileiro vem se articulando com os interesses do mercado, acarretando a elaboração de políticas públicas que, conseqüentemente, retiram da educação o seu *status* de direito para tornar-se um serviço ofertado. É nesse contexto que a discussão sobre o currículo nacional ganha importância, pois

[...] este se torna o grande alvo dos empresários, não apenas por oferecer condições de lucrar através da venda de materiais educativos, cursos e consultorias, como, também, a partir do currículo, orientar em escala nacional os princípios e conteúdos a serem ensinados em todas as instituições escolares do Brasil. Ou seja, cria-se a possibilidade dos empresários apontarem as competências desejáveis que os futuros trabalhadores devem desenvolver durante o período escolar (FERREIRA; SANTOS, 2020, p. 199).

É dentro destas premissas que o *Movimento Pela Base Nacional Comum* irá mobilizar-se em defesa da construção de uma Base Nacional Comum Curricular. A partir das reflexões de Peroni e Caetano (2015), este movimento pode ser interpretado como uma espécie de rede política constituída por sujeitos individuais e coletivos que se articulam nacional e internacionalmente através de interesses em comum. Dessa forma, intervindo na elaboração de políticas que viabilizam a "mercadificação" da educação (PERONI; CAETANO, 2015).

A análise das redes políticas, apresentada pelo sociólogo Stephen Ball, possibilita uma compreensão mais detalhada do *Movimento Pela Base*, constatando que as suas investidas visavam construir um novo modelo de educação através das reformas curriculares, promovendo aprendizagens a partir do modelo de competências, bem como políticas de formação de professores e de avaliações em larga escala.

Na concepção de Ball (2014) as redes políticas esboçam uma nova forma de governança colocando “novas fontes de autoridade” (BALL, 2014, p. 34), alterando os conteúdos das políticas educacionais. Dessa forma, o setor público está cada vez mais permeado por novas relações em que os setores privatistas e a sociedade civil participam proativamente. Como o estudioso pontua:

[...] há novas vozes nas conversas sobre as políticas e novos canais por meio dos quais os discursos sobre políticas introduzem o pensamento sobre políticas; e há uma proliferação, nacional e globalmente, de redes políticas compostas de organizações operacionalmente autônomas, mas estruturalmente acopladas. [...] Agências multilaterais, ONGs e interesses e influências de empresas podem constituir, separadamente ou em conjunto, uma poderosa alternativa de política para o “fracasso” do Estado (BALL, 2014, p. 34).

Nesse processo, a fundação Lemann teve uma atuação de destaque para o fortalecimento desta rede política, pois “[...] tem exportado políticas e conduzido ideias para oferecer soluções neoliberais para a educação brasileira” (ROSA; FERREIRA, 2018, p. 123).

Contribuindo neste debate, Avelar e Ball (2019) destacam que uma das estratégias que foram centrais para o fortalecimento do *Movimento Pela Base Nacional Comum* foram os encontros organizados por fundações, onde participam membros do congresso nacional, secretários das redes estaduais e municipais de ensino, funcionários de agências e especialistas.

Nesse contexto, a fundação Lemann teve uma participação central para a promoção destes eventos, pois reuniu grupos filantrópicos com os servidores públicos e políticos das esferas nacional, estadual e municipal do Brasil. Partindo deste ponto, o *Movimento pela Base Nacional Comum* contribuiu para a elaboração de diretrizes curriculares padronizadas, normatizadas a partir do modelo norte-americano *common core* (AVELLAR; BALL, 2019).

Além disso, as autoras Luciane da Rosa e Valéria Ferreira (2018) destacam que há outras instituições empresariais que não foram mencionadas no *site* oficial do movimento, pois possuem

[...] ligações com o MEC; o CNE; o Inep; o Serviço Social do Comércio (Sesc); o Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper); a Confederação Nacional dos Municípios (CNM); o Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (Ceipe/FGV); as Secretarias Municipais e Estaduais; os Cargos Políticos eletivos; o Grupo Mathema, que pesquisa e desenvolve métodos pedagógicos para ensino de Matemática; o Instituto Rodrigo Mendes; o Instituto Singularidades, de formação de professores; o Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio (Cesgranrio), que oferece também consultoria para capacitação de professores; a Abrelivros; a Cidade Escola Aprendiz; o Laboratório de Educação e Rede Integrada de Escolas Públicas do Rio Grande do Sul (ROSA; FERREIRA, 2018, p. 122).

O fato destas empresas não serem nomeadas no *site*, segundo as autoras, é uma ação estratégica por conta de que nelas encontram-se sujeitos que possuem cargos importantes em instituições governamentais. Dessa forma, "as empresas estão camufladas e invisíveis na rede do Movimento pela Base" (ROSA; FERREIRA, 2018, p. 122). Portanto, há uma forte ligação do Estado com organizações empresariais em prol de finalidades mercadológicas para a educação, resultando na definição de políticas.

Compreendendo este fenômeno a partir do conceito de *mobilidade de política*, Ball (2014) destaca as políticas se movem através de agenciamentos entre diferentes atores sociais que apresentam diversos interesses. Logo, trata-se de "um processo emergente e de escala multiplicadora" (BALL, 2014, p. 36). Dentre os atores que participam deste processo, os empresários vêm ganhando cada vez mais participação e influência nas elaborações de políticas. Nas palavras do autor:

Empresas estão agora diretamente envolvidas com política educacional em uma série de maneiras diferentes, e esses compromissos são parte de um conjunto mais amplo de processos complexos que afetam a política educacional, os quais incluem novas formas de filantropia e de ajuda para o desenvolvimento educacional, para os processos de mercado de crescimento e expansão do capital e a busca por parte das empresas de novas oportunidades para lucro (BALL, 2014, p. 37).

Em vista disso, a educação passa a ser um terreno de disputas por redefinições políticas, morais, sociais e econômicas para atender as novas exigências globais dos setores privatistas. Dessa forma, são diversos atores que operam na elaboração

PPGPP
30 ANOSIOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

destas políticas: agências multilaterais, governos nacionais, ONGs, empreendedores e empresas internacionais (BALL, 2014). Assim, as funções do Estado estão sendo alteradas, mas não em prol de sanar as assimetrias sociais.

3 QUAIS ARGUMENTOS SÃO DEFENDIDOS PELO MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM EM FAVOR DA CONSTRUÇÃO DA BNCC?

A partir de cinco itens que estão presentes no documento intitulado “Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum”, o movimento elenca os motivos que levam a necessidade de desenvolver uma Base Nacional Comum Curricular. O primeiro item está voltado para defesa das ideias de permanência e de um processo de aprendizagem que prepare estes estudantes para que possa garantir a integração destes na "sociedade do conhecimento".

Durante a leitura do item 01, observamos que há uma tentativa de defender a ideia de que a educação pública não apresenta condições estruturais e pedagógicas para o desenvolvimento da formação de qualidade dos estudantes. Segundo o movimento, estes problemas trazem implicações negativas para a elaboração dos projetos pedagógicos escolares. Em suas palavras,

As dificuldades nas dimensões da gestão e da infraestrutura das escolas são tão agudas e evidentes que encobrem o terceiro elemento relativo à organização do ensino que é, portanto, de natureza pedagógica. O projeto pedagógico de uma escola contém as intenções, princípios e orientações que devem reger o ensino e as muitas interações que ocorrem no seu âmbito. O projeto pedagógico da escola traduz seu currículo, uma vez que inclui o que se deve ensinar, como será ensinado e como será verificado se os alunos aprenderam o que lhes foi ensinado. Inclui ainda como precisa ser feita a gestão da escola, a relação com a comunidade e o uso e prestação de contas dos recursos financeiros alocados à escola. Entendido dessa maneira, o projeto pedagógico não é algo pronto e acabado, mas que se revisa constantemente com a participação ativa, particularmente dos professores e funcionários bem como de membros da comunidade servida pela escola (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2015).

Dessa forma, esse item apresenta a finalidade de propor que os projetos pedagógicos escolares devem contemplarem as orientações de uma Base Nacional

PROMOÇÃO



APOIO



Comum Curricular, pois a proposta da construção deste documento atende as normas do artigo nº210 da Constituição Federal e o artigo nº26 da Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O Item 02 defende que esta base contribuirá para que os estudantes brasileiros possam ter acesso a "conhecimentos e habilidades que todo brasileiro tem direito a adquirir" (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2015). Dessa forma, o documento evidencia que

A ausência desta base enseja também que as avaliações externas como a Prova Brasil assumam de fato um papel de prescrição da base curricular nacional, quando o contrário deveria ocorrer – a Prova Brasil deveria ser a forma de a sociedade verificar se os estudantes tiveram, de fato, seus direitos de aprendizagem garantidos. A ausência de uma linguagem curricular comum, em particular de orientações legais explícitas a respeito do que os alunos precisam aprender em cada fase da escola, também dificulta a produção e organização de materiais didáticos e a formação inicial e continuada de professores (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2015).

No item 03 vemos a defesa da importância da BNCC na garantia da formação de estudantes para o mundo do trabalho. Para reforçar este argumento, é ressaltado que as experiências na implementação da Base Nacional Comum em outros países do mundo tiveram resultados satisfatórios, pois priorizaram as competências e habilidades de seus discentes.

Dessa forma, o documento enumera as diversas habilidades que a BNCC deverá desenvolver nos estudantes:

[...] a Base Nacional Comum precisa considerar as muitas habilidades não cognitivas que já se demonstraram também importantes para a vida. Habilidades como responsabilidade, disciplina, abertura a novas experiências, capacidade de trabalhar em grupos, respeito às diferenças, capacidade de enfrentar e resolver problemas podem ser adquiridas na escola e, portanto, fazer parte do currículo e da Base Nacional Comum se o debate assim o indicar. É importante registrar que, embora nada do que é necessário para a vida dos estudantes deve ser estranho à escola, ela não pode se ocupar de todas as capacidades que os estudantes precisam. Outras instâncias interferem também na formação da visão de mundo e dos valores de cada criança ou jovem (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2015).

É interessante notar que as habilidades elencadas no texto deste item são muito semelhantes às que são exigidas aos funcionários de empresas. Dessa forma, este item apresenta elementos sintomáticos de qual projeto de sociedade pretende-se estabelecer.

O item 04 esclarece que para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, a BNCC deve apoiar-se na relação público-privado. Segundo o material, há um grande desafio em mobilizar agentes públicos e privados para a elaboração da BNCC. Logo, de acordo com o movimento, essas dicotomias devem ser superadas.

Além disso, o documento volta a destacar a importância de considerar as experiências internacionais:

Para o desenvolvimento do documento deve-se levar em consideração tanto as experiências sólidas já desenvolvidas no Brasil, no âmbito de alguns estados e municípios, quanto de outros países que recentemente enfrentaram o mesmo desafio. De forma particular citam-se como relevantes as experiências de: Austrália, Inglaterra, Cuba, Chile, Portugal e Estados Unidos, que usaram diferentes estilos e métodos de desenvolvimento, muitos com claros ensinamentos para o Brasil (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2015).

No último item, o documento nos adianta que a BNCC, ao ser implementada, irá influenciar na elaboração dos currículos escolares. Nessa perspectiva, o documento revela: "Os objetivos de aprendizagem incluídos na Base Nacional Comum devem ser claros e exigentes" (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2015). Dessa forma, estamos diante de uma proposta curricular de caráter centralizadora.

Isso fica evidente quanto o material ressalta que a BNCC irá influenciar nas formações inicial e continuada de professores, na elaboração dos planejamentos, materiais didáticos e tecnológicos e, principalmente, nas avaliações nacionais de desempenho. O material finaliza a sua argumentação, destacando que a BNCC é uma "[...] aposta otimista cuja finalidade é colocar o país no rumo de uma educação

de qualidade para todas as suas crianças e jovens" (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2015).

Analisando os argumentos desenvolvidos pelo movimento neste material, as autoras Luciane da Rosa e Valéria Ferreira (2018) destacam que há um forte discurso de desprestígio da educação pública, que evidencia a tentativa de legitimar a ideia da ineficácia do Estado na resolução dos problemas educacionais. De acordo com as estudiosas:

A Rede do Movimento pela Base trabalha criando discursos e conhecimentos [...] que endossam a condenação da escola pública, mostrando uma suposta incapacidade do Estado em administrar as condições básicas da educação [...]. No movimento de destruição da escola pública [...], implanta-se a ideia de que o privado é melhor e “vende-se” a solução para salvar a educação brasileira (ROSA; FERREIRA, 2018, p. 124).

No que se refere a garantia do acesso aos mesmos conhecimentos para os estudantes, as autoras sinalizam que os grupos reformadores que estão orquestrando o movimento não estão preocupados em sanar as desigualdades, mas em avaliar o desempenho dos alunos para a obtenção de melhores resultados. Em suas palavras:

Igualar todos e ensinar os mesmos conteúdos é mais interessante porque possibilita avaliar, medir e intervir para atingir o objetivo final, no caso as competências gerais ditadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (ROSA; FERREIRA, 2018, p. 120).

Quando o documento se posiciona esperançoso na tarefa de promover uma educação de qualidade no país, as estudiosas fazem críticas a este discurso, ressaltando:

O discurso da qualidade tem sido muito utilizado na educação brasileira e ganhou força nos materiais e nas falas dos atores da Rede do Movimento pela Base. Qualidade é um termo polissêmico, que não tem origem no vocabulário da educação, sua origem está na economia e na empresa [...]. Qualidade é uma palavra que leva a pensar qualquer coisa como uma mercadoria, não tem um significado único, significa o que o vendedor queira que signifique (ROSA; FERREIRA, 2018, p. 124).

Na avaliação das estudiosas, o uso do termo “qualidade” na construção de propostas pedagógicas pressupõe que a linguagem empresarial vem cada vez mais colonizando o vocabulário escolar. Logo, "Na escola não se fala mais a língua da escola, fala-se e pensa-se com a língua dos colonizadores que desejam transformar a escola em espaço alternativo de aprendizagem com ideais mercadológicos" (ROSA; FERREIRA. p. 124).

Dessa forma, a retórica de que a Base Nacional Comum Curricular irá possibilitar tanto para as redes pública e privada uma maior qualidade no ensino é um posicionamento estratégico que favorece os interesses de setores privatistas para o desmonte da educação pública. Como as autoras destacam:

[...] é na educação pública que ela será implantada, controlada, avaliada e cobrada. Para aquelas escolas e aqueles estudantes que não obtiverem sucesso, cabe a responsabilização pelo fracasso, pela falta de resiliência. Para aqueles que vencerem os obstáculos e alcançarem os objetivos, a meritocracia, os prêmios e o reconhecimento; [...] (ROSA; FERREIRA, 2018, p. 120).

É evidente que o movimento teve uma atuação estratégica para a aprovação do texto final da BNCC. Além disso, um aspecto marcante em todo este processo foi o fato de que, no início, esta mobilização contou com agentes públicos e privados, mas, os grupos que tiveram maior influência na elaboração do texto final desta proposta curricular foram os setores privados.

Portanto, desde sua fundação até a aprovação da BNCC, o *Movimento Pela Base Nacional Comum* conseguiu interligar, de forma bastante sutil, o imaginário social com as concepções empresariais. Assim, cristalizando a retórica de que a “[...] sua vontade é a vontade coletiva. O efeito disso é o contágio dos ‘formuladores de políticas’, e dos seus receptores, com a ideia de que a defesa por um documento basilar seria de interesse nacional e, até mesmo, internacional” (SANTOS; FERREIRA, 2020, p. 202).

4 CONCLUSÃO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSIOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Com base no que foi apresentado, destacamos que o *Movimento pela Base Nacional Comum* teve uma participação estratégica no desenvolvimento da BNCC, contando com vários atores sociais, políticos e econômicos. Entretanto, o projeto de formação humana que este documento preconiza, em grande medida, favorece os princípios neoliberais.

Uma vez que este movimento ressaltou a importância de construir uma Base para garantir a aprendizagem de conteúdos padronizados, a BNCC, ao ser implementada, tornou a educação brasileira refém das avaliações nacionais. Além disso, este documento normativo fundamenta-se nos resultados das experiências de outros países, não dialogando com o contexto socioeducacional do Brasil.

Este movimento acentuou a participação de grupos empresariais e filantrópicos na discussão e elaboração de políticas públicas educacionais sob o discurso de melhorar a “qualidade” da educação, havendo, na prática, fortes críticas ao modelo público de ensino. Dessa forma, ocasionando o aumento das relações público-privado e retirando da educação o *status* de direito para tornar-se um serviço privado.

Portanto, é evidente que o *Movimento Pela Base Nacional Comum* foi uma mobilização bastante exitosa pela capacidade de relacionar os interesses privatistas com os de outros grupos sociais a partir da defesa da democracia e da melhoria “qualidade” da educação. Contudo, trazendo sérios problemas para a educação pública brasileira, pois esta tornou-se alvo de reformas curriculares que privilegiam modelos hegemônicos de sociedade.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Marina; BALL, Stephen J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, v.64, jan. 2019, p. 65–73. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738059317302080>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BALL, Stephen j. **Educação Global S.A: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal.** Ponta Grossa: UEPG, 2014.

FERREIRA, Fabíola da Silva; SANTOS, Fabíola da Silva. As estratégias do “movimento pela base” na construção da BNCC: consenso e privatização. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 189-208, jan./jun., 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/14031>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. **Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum.** 2015. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/04/necessidade-e-construcao-base-nacional-comum.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. **Quem Somos.** 2017. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação - Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/584>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação.** 3ªEd. São Paulo: Cortez, 2006.

ROSA, Luciane Oliveira da; FERREIRA, Valéria Silva. A rede do movimento pela base e sua influência na base nacional comum curricular brasileira. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 21, n.2, p. 115-130, Maio/Agosto 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45391>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

